

**ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e quarenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da Sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. *"Ata da Sexagésima Primeira Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos quatorze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas e cinquenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Setenta da Sexagésima Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 9/2026, do Poder Executivo; Ofício nº 213.073/2026, do Ministério dos Transportes; Ofício nº 186-E/7EM CMO/Cmdo/2026, do Ministério da Defesa; Termo de FomentoMJ/Senacon nº 955.611/2024, do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ofício nº 1.588/2026, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 198/2026, da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 552/2026 (eletrônico), da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 454/2026, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 1/2026, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 387, 402 a 404 e 408/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 250, 867, 869 e 870/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados João César Mattogrosso, Pedro Kemp, Professor Rinaldo Modesto, Zeca do PT, Antonio Vaz, Gleice Jane, Lia Nogueira, Coronel David e Gerson Claro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Junior Mochi, Jamilson Name, Lia Nogueira, Gerson Claro e Paulo Corrêa. GRANDE EXPEDIENTE - Usou da palavra a deputada Gleice Jane. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 77/2026, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 82/2025, de autoria do deputado João Henrique. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 23/2026, de autoria do deputado Jamilson Name. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Hashioka, endereçada à Viposa S.A., unidade de Nova Andradina, pela conquista da certificação internacional LEED Platinum, em reconhecimento à excelência em sustentabilidade, inovação e responsabilidade ambiental. Foi pedido vista pelo deputado João César*

*Mattogrosso dos requerimentos de informações de autoria dos deputados João Henrique e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Caravina, Zé Teixeira, Gleice Jane, Paulo Duarte, Mara Caseiro, Caravina e Coronel David. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quatorze de julho do ano de dois mil e vinte e seis". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PL) — Bom dia, senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 15 de julho de 2026: Ofícios nºs 380, 382 a 386, 388 a 395, 397 a 401 e 413/2026, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações e requerimentos dos deputados Antonio Vaz, Zé Teixeira, Hashioka, Junior Mochi, Gleice Jane, Marcio Fernandes, Coronel David, Lia Nogueira e Professor Rinaldo Modesto (Prot. nº 1.223/2026). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar a visita institucional dos membros do Clube dos Desbravadores Herdeiros do Rei e do Clube de Aventureiro Herderinhos do Rei à Assembleia Legislativa. Clube de Desbravadores: Mayra Ferreira da Silva, diretora; Jéssica Miranda da Silva, diretora associada; Raquel Lopes da Cunha de Almada, diretora; Leandro Ferreira de Almada, diretor associado; pastor Davi Cabanha, da Igreja Adventista do 7º Dia do bairro Universitário; e Alier Terra, presidente da Santa Casa de Campo Grande. Quero agradecer a presença de todas as entidades que prestam relevantes serviços à sociedade sul-mato-grossense que participaram da Festa Junina da ALEMS. Peço licença aos senhores deputados para que possamos entregar uma singela homenagem às instituições aqui presentes pela participação no 4º Arraiá da ALEMS. Convido o Cerimonial a se posicionar aqui na tribuna e chamar as instituições...

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Eu também quero registrar e agradecer a visita institucional dos membros do Clube dos Desbravadores Herdeiros do Rei e do Clube de Aventureiros Herdeirinhos do Rei à Assembleia Legislativa. Sejam todos bem-vindos. A casa é de vocês. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Neste momento, eu suspendo a Sessão e passo a palavra ao Cerimonial (9h52min).

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cibele Kremer Mello) — Parlamentares, representantes de instituições filantrópicas, alunos, senhoras e senhores, bom dia! O Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul entrega, neste momento, as placas de agradecimento para as instituições filantrópicas participantes do 4º Arraiá da Alems, realizado no dia 27 de junho de 2026. Para a entrega, convidamos o presidente deste Parlamento, deputado Gerson Claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero registrar as instituições: Asilo São João Bosco; Associação Juliano Varela; Comunidade São José Vila Antunes - Paróquia do Divino; Instituto Caminhos da Justiça Social; Grupo Onça Pintada; Comunidade São Francisco; Instituto Maranata Ora Vem; Marcha Mundial das Mulheres; Centro de Apoio e Distribuição de Solidariedade que Transforma; Cotelengo Sul-Mato-Grossense; Abrec; Instituto Isac; Instituto Pró-Social; Instituto Magma; Madrinhas por Amor à Santa Casa; Projeto Asas do Futuro; Cica; Projeto Tocando em Frente; Associação Okinawa e Associação de Pais e Amigos do Autista. Vou ler o texto contido na placa: "Prezados parceiros, a Alems expressa sua profunda gratidão às instituições participantes do 4º Arraiá. O sucesso desse evento só foi possível graças ao empenho, alegria e dedicação de cada um. A presença de vocês não apenas enriqueceu a nossa festa junina, mas também reforçou o verdadeiro espírito de união e responsabilidade social em nosso estado. Contem com o Parlamento Sul-Mato-Grossense para apoiar e dar voz às causas que transformam. Muito obrigado pelo relevante trabalho e pela solidariedade prestados a Mato Grosso do Sul."

MESTRE DE CERIMÔNIA (Cibele Kraemer de Mello) — Convidamos a Mesa Diretora para se posicionar aqui à frente, para que possamos entregar as placas para as instituições filantrópicas. Instituições homenageadas pelo deputado Gerson Claro. Convidamos o Asilo São João Bosco, representado, aqui, pela Lisandra dos Santos Mollinedo, vice-presidente... Convidamos a Instituição Juliano Varela, representada, neste ato, pelo senhor José Varela, diretor social... Instituições apadrinhadas pelo deputado Renato Câmara. Convidamos a senhora Jussara Souza, representando, aqui, a UMA/UEMS - Universidade da Maturidade, e o Leo Clube do Lions Clube Internacional... Instituição apadrinhada pelo deputado Zé Teixeira. Convidamos a Comunidade São José Vila Antunes - Paróquia Divino Paráclito. Convidamos o senhor Valdecir Alves, coordenador pastoral... Convidamos o presidente da Alems, deputado Gerson Claro, para, representando a deputada Mara Caseiro, entregar esta homenagem à Instituição Caminhos da Justiça Social, na pessoa da senhora Claudia Regine Ricardo... Convidamos a instituição apadrinhada pelo deputado Paulo Corrêa, Grupo Onça-Pintada, representado, aqui, pelo doutor Rodrigo Machado. Ele entregará a homenagem à senhora Maria Benites Filartiga... Convidamos o deputado Pedro Kemp para entregar a homenagem à Comunidade São Francisco de Assis, representada, neste ato, pela senhora Gabriela Arantes Martins... Convidamos o deputado Antonio Vaz para entregar a homenagem ao Instituto Maranata Ora Vem, representado, neste ato, por sua presidente, Fernanda Viterbo... Convidamos a deputada Gleice Jane para entregar a homenagem à Marcha Mundial das Mulheres, representada pela senhora Keila de Oliveira Antônio... Convidamos o deputado Gerson

Claro para entregar a homenagem à instituição apadrinhada pelo deputado Jamilson Name, Centro de Apoio e Distribuição Solidariedade que Transforma, representada pela senhora Simone Pereira Mário Ferreira... Convidamos o deputado João César Mattogrosso para entregar a homenagem ao Cotelengo Sul-Mato-Grossense, representado pelo senhor Everaldo de Magalhães... Convidamos o deputado João César Mattogrosso para entregar a homenagem à instituição apadrinhada pelo deputado João Henrique, Abrec — Associação Beneficente dos Renais Crônicos, representada pela senhora Cacilda da Silva Serafim... Convidamos o deputado João César Mattogrosso para entregar também a homenagem à Instituição Isac, apadrinhada pela deputada Lia Nogueira, representada pelo senhor Jamal Abdel... Convidamos o deputado Lidio Lopes para entregar a homenagem ao Instituto de Desenvolvimento Pró-Social, representado pela senhora Silmara Guimarães... O deputado Lidio Lopes entrega a homenagem também ao Instituto Magma, representado pelo senhor Jesus Tavares e pela senhora Joi... Convidamos o deputado Gerson Claro para entregar a homenagem à instituição apadrinhada pelo deputado Londres Machado, Madrinhas por Amor à Santa Casa, representada pela senhora Alir Terra... Convidamos o deputado Paulo Duarte para entregar a homenagem ao Projeto Asas do Futuro, representado pelo senhor Cristiano Lourenço da Silva... Convidamos o deputado Renato Câmara para entregar a homenagem à instituição apadrinhada pelo deputado Pedrossian Neto, Cica, representada, aqui, pelo senhor Mário Freitas... Convidamos o deputado Professor Rinaldo para entregar a homenagem ao Projeto Tocando em Frente, representado pela senhora Isabela Andrade... Convidamos o deputado Hashioka para entregar a homenagem à senhora Franciele Cássia, representante da Associação Okinawa... Convidamos o deputado Zeca do PT para entregar a homenagem à Associação de Pais e Amigos do Autista, representada pela senhora Neide Salvador... Senhor presidente, as homenagens foram entregues às instituições presentes. Agradecemos e parabenizamos todas as instituições por suas contribuições e pelo papel transformador que desempenham em nossa sociedade. Agradecemos também a todos os envolvidos na realização do 4º Arraiá da Alems. Tenham todos um bom dia.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais uma vez, agradecemos e parabenizamos as instituições pela contribuição e pelo papel transformador que desempenham em nossa sociedade. Agradecemos, também, especialmente aos deputados que participaram e apoiaram as entidades que prestam relevantes serviços sociais à nossa sociedade. Registramos e agradecemos a presença do senhor José Carlos Ernandes Peres, vereador do município de Inocência. Está reaberta a Sessão (10h07). Passemos ao **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à estudante Isabella de Freitas Mopuranga e à professora Mariane Reis, da Escola Estadual Viriato Bandeira, localizada em Coxim, pela conquista do 1º lugar no 3º Concurso de Redação nas Escolas, promovido pelo Grupo de Apoio à Adoção Manjedoura, com o tema "Atitudes adotivas transformam vidas". O concurso integra as atividades alusivas ao mês de maio — Mês Nacional da Adoção — e contou com

a participação de alunos do 9º ano do ensino fundamental das redes municipal e estadual de ensino de Coxim, com o objetivo de promover o aprofundamento da compreensão sobre o significado da adoção, do afeto e dos demais sentimentos que envolvem esse processo e a formação desses núcleos familiares. Também, senhor presidente, com muita tristeza, quero apresentar uma moção de pesar. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos familiares e amigos do senhor Baldinir Bezerra da Silva, em razão de seu falecimento, ocorrido no dia 14 de julho de 2026. Ele era meu colega psicólogo e grande amigo de longa data. Foi uma pessoa comprometida com os direitos humanos e com a defesa da dignidade da pessoa humana. Baldinir será lembrado por sua integridade, generosidade e acolhimento, deixando como legado os valores que cultivou ao longo da vida e o carinho dedicado a todos que tiveram a oportunidade de conhecê-lo. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado João César Mattogrosso.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares e todos que nos acompanham pela TV Alems e público presente nesta distinta Casa de Leis. Venho apresentar uma moção e uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173 do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Hamilton Rondon Flandoli por sua eleição para assumir a presidência do Crea-MS no triênio 2027/2030. Indico à Mesa Diretora, nos termos dos artigos 160 e 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente do Detran-MS, senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, solicitando a reforma e a ampliação das agências da autarquia nos municípios de Água Clara, Inocência e Ribas do Rio Pardo. Aproveito também para solicitar a reforma das agências dos municípios de Cassilândia, Rio Negro, Sidrolândia e Nova Alvorada do Sul. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho; ao secretário de Estado de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Alessandro Menezes; e ao diretor-presidente da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Mendes Pinto, solicitando a realização de estudo técnico e a adoção das providências necessárias para a construção de um centro de eventos e convenções no município de Aquidauana. Essa solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pela comunidade de Aquidauana, por intermédio do pastor Wagner, do Republicanos. A iniciativa visa à construção de um centro de eventos moderno, amplo e devidamente estruturado, destinado à realização de reuniões comunitárias, assembleias,

atividades religiosas, culturais, sociais e institucionais, proporcionando à população um espaço adequado para o desenvolvimento de ações voltadas ao fortalecimento da convivência comunitária e da participação cidadã. A medida justifica-se pela carência, no município, de um equipamento público com capacidade para atender à crescente demanda por eventos de diferentes naturezas, promovendo a integração social, o acesso à cultura, ao conhecimento e ao lazer, além de incentivar o desenvolvimento de atividades de interesse coletivo. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho; e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul, senhor Gil Márcio Franco, solicitando, com urgência, a manutenção da Rodovia MS-142, no trecho compreendido entre São Gabriel do Oeste e Camapuã. Essa proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Ângelo Mendes. A medida visa à realização de manutenção emergencial em importante via de integração regional, utilizada diariamente por moradores, produtores rurais e transportadores de carga, desempenhando papel essencial no escoamento da produção agropecuária e na mobilidade entre os municípios. A execução do serviço é imprescindível para garantir melhores condições de trafegabilidade, preservar a infraestrutura rodoviária, reduzir os custos decorrentes de danos aos veículos e proporcionar maior segurança, conforto e eficiência aos usuários da referida rodovia, contribuindo, ainda, para o fortalecimento do desenvolvimento econômico e social da região. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, infelizmente, trago mais uma vergonhosa e triste notícia para o povo de Porto Murtinho, minha cidade. Mais um ato de bandalheira praticado pelo pessoal da administração do senhor Nelson Cintra, aliado de primeira ordem do Riedel e do Azambuja. Nelson Cintra, infelizmente, é o prefeito da cidade. Eu tenho remetido muitas indicações ao Ministério Público, e não vejo resultado nenhum. O pessoal só aparece para encher o saco da gente. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Romão Ávila Milhan Júnior, procurador-geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao assessor especial eleitoral da PGJ, promotor Moisés Casarotto, solicitando, com urgência, a apuração dos fatos revelados em publicações amplamente divulgadas nas redes sociais, que podem indicar a prática de ilícitos eleitorais e eventual abuso de poder político e econômico por parte da vereadora e presidenta da Câmara Municipal de Porto Murtinho, senhora Sirlei Pacheco. Nas postagens atribuídas à referida vereadora, que seguem anexas, podem ser observados elementos que justificam a necessidade de apuração pelo Ministério Público — que eu espero que aconteça —, especialmente: 1 - referência quantitativa de votos — ah! Eu vou arrumar duzentos votos — ; 2 - a menção a uma reunião de cunho eleitoral entre agentes públicos e o gerente do terminal portuário de Porto Murtinho, representante do Grupo FV — o senhor sabe de quem é o Grupo FV? Parente de quem? Trata-se de representante de uma empresa detentora de

grande número de funcionários e de relevante atuação econômica naquele município —; 3 - elaboração de planilha e o alinhamento de pré-campanha junto à primeira-dama, dona Maria Lúcia Ribeiro, esposa do prefeito Nelson Cintra; 4 - participação da esposa do prefeito Nelson Cintra, primeira-dama do município, senhora Maria Lúcia Ribeiro, em todo o esquema montado para tentar fraudar a eleição. Espero, senhor presidente, que, pelo menos desta vez, diante das evidências o Ministério Público de fato investigue e puna a malandragem. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, servidores, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV Alems e pela Rádio Alems. Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a inclusão da obra de pavimentação asfáltica da rua José Coletto Garcia, no município de Ribas do Rio Pardo, no Programa MS Ativo Municipalismo, considerando sua importância para a mobilidade urbana, o desenvolvimento econômico, o turismo e a integração viária da região. Eu estive em Ribas do Rio Pardo, no domingo, onde participei da feijoada beneficente promovida pela vereadora Tânia, presidente da Câmara. Aliás, um evento fantástico: a melhor feijoada de Ribas do Rio Pardo. Na oportunidade, conversei com algumas lideranças políticas, e a própria vereadora Tânia me falou da necessidade de que a pavimentação asfáltica na via seja feita, pois ela fica no acesso destinado à consolidação do anel viário entre a Rodovia MS-357 e a BR-262. Trata-se de uma obra pequena, de custo relativamente baixo. Entendo que ela pode ser incluída no Programa MS Ativo Municipalismo. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Artur Henrique Leite Falcette, solicitando as providências necessárias, em conjunto com os órgãos ambientais competentes e as demais instituições envolvidas, para a realização de avaliação técnica e a execução de ações de controle e manejo da vegetação aquática existente na lâmina d'água do lago da Usina Hidrelétrica do Mimoso (Usina Hidrelétrica Assis Chateaubriand), localizada no município de Ribas do Rio Pardo. Esse é outro pedido da vereadora Tânia. O assunto é sério. Tenho acompanhado a situação do Lago do Mimoso, que constantemente fica tomado por aquela vegetação aquática, praticamente cobrindo toda a superfície do lago e dificultando a pesca, o turismo e as demais atividades desenvolvidas na região. Já foi realizado trabalho de abertura das comportas, mas isso ainda não resolveu o problema. Quando se abrem as comportas, o problema apenas sai de um local e vai para outro, porque a vegetação desce pelo rio Pardo, e a questão precisa ser tratada com a máxima urgência. Como o Imasul já está acompanhando esse assunto, estou encaminhando esta indicação para que o secretário da Semadesc promova uma atuação mais efetiva, porque o problema é constante e vem sendo relatado pela população de Ribas do Rio Pardo, especialmente por todos que têm sítios, chácaras e moradias no entorno do Lago da Usina do Mimoso. E, por último, trago uma

moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Priscila da Silva Queiroz, pelo êxito na organização do Arraiá da Mata do Jacinto 2026, evento que se consolidou como uma das maiores e mais tradicionais festas comunitárias de Campo Grande, promovendo a cultura popular, fortalecendo a economia local e incentivando a integração social. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida e encaminhada da seguinte forma: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante da população sul-mato-grossense, por proposição do deputado Caravina, manifesta seus mais elevados votos de congratulações à senhora Priscila da Silva Queiroz pela organização do Arraiá da Mata do Jacinto 2026, evento que se consolidou como referência entre as festas populares do bairro e da Capital. O arraial reuniu milhares de pessoas em um ambiente de confraternização, segurança e valorização das tradições culturais, oferecendo atrações musicais, gastronomia típica e espaço de convivência para famílias de todas as idades. Além de preservar as tradições juninas, o evento contribuiu para o fortalecimento do comércio local, promoveu oportunidades para pequenos comerciantes e reforçou o sentimento de pertencimento da comunidade da Mata do Jacinto. A Assembleia Legislativa reconhece a importância desse trabalho e parabeniza a senhora Priscila da Silva Queiroz por sua dedicação e relevante contribuição para o fortalecimento da cultura popular, da integração comunitária e da valorização das tradições sul-mato-grossenses, desejando-lhe contínuo sucesso em suas futuras realizações." Senhor presidente, estive no Arraiá da Mata do Jacinto acompanhando o trabalho que está sendo realizado pela associação de bairro. A Priscila está à frente dessa festa, que já está no terceiro ano e é, efetivamente, uma festa familiar. Conversei com vários comerciantes que estavam com barracas no local, todos do próprio bairro, e estavam muito felizes, porque o evento gera economia, gera renda e, naturalmente, entretenimento e alegria. É uma moção apresentada em nome da Casa. Peço o apoio dos colegas para aprovação da moção. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Bom dia, nobres pares. Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia. Quero apresentar duas indicações. Na primeira, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, senhor Renato Marcílio da Silva, solicitando estudos para a perfuração e a instalação de um poço semiartesiano na Escola Indígena Ubaldo Arandu Koemi, localizada na Aldeia Sororó, no município de Tacuru. A presente indicação tem por finalidade atender à solicitação apresentada pelo vereador Ivan Montineli Villalba, do município de Tacuru, por meio do Ofício nº 114/2026. Conforme relatado pelo vereador, a unidade escolar atualmente não dispõe de sistema próprio de abastecimento de água, situação que compromete o pleno funcionamento das atividades educacionais e administrativas, causando sérios transtornos

à comunidade escolar indígena. Segue, anexo, a justificativa. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, observadas as formalidades regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Gil Márcio Franco, solicitando a realização de estudos técnicos para a duplicação da rodovia MS-080, no trecho localizado após o acesso ao empreendimento Rock Rio, no sentido Campo Grande-Rochedo, especialmente na extensão correspondente ao declive existente logo após a entrada do referido empreendimento, em razão do elevado índice de acidentes registrados no local e dos riscos à segurança dos usuários da via. Segundo relatos recorrentes encaminhados a este parlamentar, o referido segmento rodoviário caracteriza-se pelo intenso fluxo de veículos leves e pesados, funcionando como importante eixo de ligação regional e corredor de escoamento da produção econômica local. Ocorre que, na extensão mencionada, notadamente no declive acentuado logo após a entrada do empreendimento, verificam-se condições viárias que comprometem significativamente a segurança dos usuários. Destaca-se, ainda, a inexistência de acostamento, fator que agrava substancialmente a situação de risco, sobretudo em casos de emergência, paradas involuntárias e outras situações necessárias. Naquela região estão surgindo muitos empreendimentos, na saída para Rochedo, e é necessária a duplicação desse trecho, porque se trata de um declive onde têm ocorrido muitos acidentes. Logo em seguida, há uma curva bastante acentuada, o que acaba provocando acidentes e causando transtornos à população. Era o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Venho hoje apresentar um requerimento de informação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando o envio de informações acerca da avaliação semestral instituída para professores temporários convocados em regime de suplência da Rede Estadual de Ensino. Quero saber quais são os estudos técnicos, os pareceres jurídicos, as notas técnicas, enfim, o que motivou a instituição dessa avaliação semestral, uma vez que esses professores já são avaliados todos os anos, precisam ser aprovados em processo seletivo para assumir essa função e, além disso, recebem remuneração inferior à dos professores efetivos, enfrentam uma série de desvalorizações da categoria e, agora, passam a enfrentar também essa avaliação semestral, que vem sendo apresentada como uma alternativa para retirá-los de suas funções. Isso preocupa porque estamos vivendo um apagão docente. Nas universidades que estão formando professores, muitos alunos dizem que não querem seguir a carreira docente. Se tivermos uma política antiprofessor na educação, enfrentaremos ainda mais dificuldades para suprir a demanda por profissionais. Agora, no fim do ano letivo, encontramos uma situação em que muitos professores já estão exaustos, adoecendo, justamente no período em que faltam profissionais para substituir os efetivos. No fim do ano,

em todas as escolas — e estou falando especialmente de Dourados, município que conta com universidades formando professores constantemente —, não há quantidade suficiente de docentes para atender à demanda. E a Secretaria de Educação, em vez de incentivar, ampliar a valorização e criar condições para que esses profissionais trabalhem com mais motivação, adota uma medida baseada na pressão e na opressão. Por isso, estamos apresentando uma série de questionamentos para compreender o que a Secretaria de Estado de Educação pretende com essa medida e, desde já, registrar que entendemos tratar-se de uma política extremamente equivocada. E, presidente, quero também fazer um registro. Ontem, eu usei a tribuna para falar sobre uma situação que causou grande preocupação, relacionada à utilização equivocada do site do Tribunal de Justiça. Obviamente, sabemos que essa não é a política institucional do Tribunal de Justiça e, justamente por isso, eu trouxe essa demanda, preocupada com a preservação e o respeito às instituições. Quero registrar e agradecer ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público, que imediatamente adotaram as providências cabíveis, mesmo antes de serem apreciados, por esta Casa, os requerimentos de informação e as indicações. Diante da seriedade e da gravidade da situação, duas instituições sérias agiram prontamente: o Ministério Público já respondeu informando que realizará as investigações, e o Tribunal de Justiça imediatamente retirou o site que continha nomes de pessoas reais em um ambiente de teste, o que colocava em risco tanto autoridades quanto cidadãos, justamente por utilizar nomes reais. Então, diante da gravidade dessa situação, percebemos que o Tribunal de Justiça respondeu imediatamente. Quero fazer esse registro e parabenizar a instituição, porque o que nós queremos, de fato, é que as instituições sejam levadas a sério, e precisamos garantir a credibilidade do Tribunal de Justiça em nosso estado. Pois não, deputado.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputada Gleice Jane, eu acho que nós temos que pedir a punição do funcionário que fez essa postagem. Com certeza, isso foi feito a mando da direita, que é nossa adversária aqui no estado. Você sabe que aqui todo mundo se juntou contra nós: a velha e a nova oligarquia, que faliram o estado em 1998 e já estão falindo-o de novo.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — O Ministério Público já respondeu dizendo que vai investigar isso. Pode ser um funcionário, pode ser uma empresa, pode ser um hacker... Agora, seja quem for, realmente precisa ser punido, porque não podemos colocar em risco a credibilidade de uma instituição como o Tribunal de Justiça. Caso contrário, perdemos a democracia neste estado. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada, aproveito apenas para agradecer a presteza e a rapidez do Tribunal de Justiça, porque, a partir da fala de Vossa Excelência ontem, as providências já foram adotadas, inclusive com a instauração de inquérito interno para apuração dos fatos e a adoção de todas as medidas cabíveis. Como eu disse ontem, quando as instituições funcionam e os Poderes se respeitam, as coisas acontecem. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV Alems e pela Rádio Alems. Trago algumas indicações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores deputados federais e senadores que representam a bancada de Mato Grosso do Sul em Brasília, solicitando apoio à redistribuição e ao avanço do Projeto de Lei nº 1.434/2025, que trata da regulamentação das profissões de analista do comportamento e técnico em análise do comportamento, conforme solicitação apresentada pela Associação Nacional de Profissionais Analistas do Comportamento (Anpac). Essa indicação tem por finalidade solicitar apoio ao pleito apresentado pela Anpac, voltado à redistribuição e ao avanço do Projeto de Lei n.º 1.434/2025, no âmbito da Câmara dos Deputados. A proposição trata da regulamentação das profissões de analista do comportamento e técnico em análise do comportamento, tema de relevante interesse social, diante da importância da Análise do Comportamento Aplicada (ABA) no atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de outras pessoas neurodivergentes. Conforme relatado pela entidade solicitante, a ausência de regulamentação específica pode favorecer a atuação de profissionais sem a qualificação adequada, expondo famílias e pessoas autistas a práticas inadequadas e dificultando a estruturação de uma rede de atendimento segura, qualificada e acessível. Assim, o apoio da bancada federal de Mato Grosso do Sul é importante para que possamos avançar nessa pauta, que também defendemos nesta Assembleia, inclusive por eu ser mãe de um jovem autista e mãe atípica. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado, e ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando a destinação de recursos e a realização de estudos técnicos para a implantação de um redutor de velocidade na rodovia MS-427, em frente ao Portal do Pantanal, nas proximidades de uma unidade de educação infantil, no município de Rio Verde de Mato Grosso. Essa indicação atende à solicitação do senhor Vitor Hugo da Cruz Arenales. Segundo relatos de moradores, veículos trafegam em alta velocidade pelo local, gerando preocupação constante na comunidade, especialmente em razão da circulação de crianças, pais, responsáveis, trabalhadores e demais usuários que transitam diariamente pela região. Com a implantação de um redutor de velocidade, a comunidade acredita que a ocorrência de acidentes será reduzida. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, reforçando o apoio e a articulação para a destinação de recursos federais destinados à implantação de uma segunda UPA em Dourados. Estamos, inclusive, recebendo o vereador do PSDB Rogério Yuri, com quem fui parceira no Parlamento municipal e que também conhece essa realidade que estamos vivenciando em Dourados. Não é, Yuri? Dourados cresceu muito. Hoje, temos apenas uma UPA para uma população que já chega a 260 mil habitantes. Já existem estudos demonstrando que o município comporta uma nova UPA, e a situação vivenciada atualmente é de verdadeiro caos. UPA superlotada! Além de atender Dourados, a unidade é referência, deputado Pedro Kemp, para uma macrorregião composta por mais de trinta municípios. Todo esse atendimento, portanto, fica centralizado em uma única UPA. Por isso, estamos reforçando

esse pedido. Já existem estudos que comprovam que Dourados precisa, com urgência, de uma nova UPA para os atendimentos de urgência e emergência. Assim, estamos hoje reforçando e solicitando o apoio da bancada federal para viabilizar esses recursos e desafogar a saúde de Dourados, que hoje pede socorro. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, imprensa e todos que prestigiam esta Sessão, bom dia. Venho apresentar um projeto de lei e uma indicação. Projeto de lei. Dispõe sobre o prazo para o envio de cobranças por parte de empresas públicas e privadas no Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - As empresas públicas e privadas que prestem serviços, no Estado de Mato Grosso do Sul, ficam obrigadas a efetuar a postagem de suas cobranças no prazo mínimo de dez dias anteriores à data do vencimento. Parágrafo 1º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, as datas de postagem e de vencimento deverão ser impressas na parte externa da correspondência de cobrança. Artigo 2º - Em caso de descumprimento desta lei, aplicar-se-á ao infrator multa no valor de 100 Uferms (Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul), em favor do consumidor ou devedor, a título indenizatório. Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias. A título de esclarecimento, o consumidor normalmente recebe as cobranças no próprio dia do vencimento ou até mesmo um dia depois. Não há prazo mínimo estabelecido para o envio dessas cobranças. O que estamos propondo neste projeto de lei — que, aliás, já possui norma semelhante aprovada em outros estados da Federação — é que a data de postagem seja consignada no próprio envelope, em sua parte externa, e que a cobrança seja encaminhada com, no mínimo, dez dias de antecedência, para que o consumidor possa programar o pagamento. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado, com urgência, expediente deste Poder Legislativo ao senhor secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando a construção de uma terceira faixa de rolamento no entroncamento das rodovias estaduais MS-436 e MS-424, com a implantação da sinalização e dos dispositivos de segurança adequados. A intervenção visa proporcionar maior fluidez ao tráfego, especialmente de veículos pesados, e reduzir os riscos de acidentes. Este caso também é muito importante. Trata-se da rodovia MS-436, que liga Camapuã ao município de Figueirão. Logo após o distrito de Pontinha do Cocho, há o entroncamento com a MS-424. Em razão da expansão do plantio de eucalipto na região, aumentou significativamente o fluxo de carretas e, no acesso da MS-424 à rodovia MS-436, têm ocorrido diversos problemas. Portanto, a implantação de uma terceira faixa e de redutores de velocidade naquele trecho é extremamente importante para garantir a segurança de todos que trafegam pela rodovia. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - Republicanos) — Não há mais oradores inscritos. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 02139/2026). De autoria do deputado

Caravina: quatro indicações (Prot. nºs 02143/2026, 02148/2026, 02150/2026 e 02151/2026; uma moção de congratulações (Prot. nº 02149/2026). De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 02133/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 02132/2026). De autoria do deputado Junior Mochi: uma moção de pesar (Prot. nº 02140/2026); um projeto de lei (Prot. nº 02142/2026). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 02136/2026, 02137/2026 e 02138/2026; um requerimento (Prot. nº 02128/2026). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 02152/2026 e 02153/2026). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 02130/2026 e 02131/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 02127/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 02129/2026). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 02145/2026); uma moção de congratulação (Prot. nº 02146/2026); uma moção de pesar (Prot. nº 02147/2026). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 02135/2026). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 02141/2026); um projeto de resolução (Prot. nº 02144/2026).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, solicito permissão para passar uma informação. Não vou usar o tempo do Grande Expediente. Ontem, eu estive na Promotoria de Justiça do Consumidor do Ministério Público Estadual para tratar da questão que está envolvendo muitos servidores públicos estaduais, tanto da Capital quanto do interior do estado: os descontos em folha referentes ao Credcesta, Banco Master. Já apresentamos, inclusive, um projeto de lei sobre esse tema. Também apresentei uma indicação ao Governo do Estado solicitando a abertura de sindicância com o objetivo de suspender, em caráter cautelar, esses descontos em folha de pagamento. Muitos servidores têm procurado o nosso gabinete, e estamos orientando que procurem o Juizado Especial ou a Defensoria Pública, porque há casos de servidores que não assinaram qualquer contrato com essa empresa e, mesmo assim, estão sofrendo descontos em seus salários. Há também aqueles que contrataram o empréstimo consignado, mas vêm sofrendo descontos abusivos. Houve o caso de uma professora com quem conversei na escola. Ela me disse que pagava cerca de 80 reais por mês, descontados em folha, e que, de uma hora para outra, o valor passou para 450 reais. Em Nova Alvorada do Sul, outra professora me procurou e disse: "Olha, eu tinha um desconto de cerca de 200 reais no início; agora está em torno de 800 reais". Essas pessoas estão desesperadas. Estamos orientando que, no interior, procurem o fórum e, aqui na Capital, o Juizado Especial. Mas são muitos casos. Ontem, eu estive no Ministério Público, na Promotoria de Defesa do Consumidor, e o promotor nos informou que precisa reunir provas: holerites demonstrando os descontos e documentos que evidenciem eventual irregularidade, para que possa ajuizar as medidas cabíveis. Ele disse: "Não posso ajuizar uma ação genérica para suspender os descontos sem que haja comprovação de irregularidades." E faz sentido, até porque algumas pessoas realmente celebraram o contrato. O promotor nos pediu, então, que orientássemos os servidores a reunir documentos e holerites sempre que houver indícios de irregularidades graves, para que possamos encaminhá-los ao Ministério Público e viabilizar o ajuizamento das medidas necessárias. Faço este esclarecimento para orientar as pessoas que nos

procuram, a fim de que possamos reunir casos concretos e encaminhá-los ao Ministério Público Estadual. Era isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero cumprimentar o César Moreth, vereador de Paranaíba; o Rogério Yuri, vereador do município de Dourados; e o Fábio Franco, vereador do município de Rochedo. Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, vou apenas fazer um comunicado importante. Na última segunda-feira, recebemos, em Coxim, uma equipe do Ministério da Educação, que esteve na cidade para avaliar as condições locais, a estrutura da rede de saúde e da Universidade Federal, a fim de emitir parecer técnico acerca da implantação do curso de Medicina na unidade da Universidade Federal de nossa querida Coxim. Essa visita foi importante, porque envolve toda uma análise da estrutura existente. Trata-se de um curso de grande relevância e, naturalmente, o MEC é bastante rigoroso na avaliação para autorizar sua implantação. Embora já tenha havido manifestação favorável do ministro quanto à criação do curso e também o compromisso com a liberação dos códigos de vagas, ainda é necessária a liberação dos recursos, que esperamos obter por meio de emendas parlamentares ao Orçamento de 2027, para a construção do prédio e da estrutura física que abrigará o curso. De toda forma, vale destacar que isso representa um grande avanço. E precisamos reconhecer e agradecer a todos que, ao longo do tempo, vêm trabalhando para viabilizar esse curso tão sonhado pela população de Coxim. Faço este registro agradecendo a todos os envolvidos: os vereadores, pelas audiências públicas; a direção da Universidade Federal no campus de Coxim; a reitora, Camila Ítavo; o ex-reitor Marcelo Turine; e a bancada federal, cuja atuação foi extremamente importante, especialmente no período em que esteve sob a liderança do deputado Vander Loubet. Faço esse registro porque é importante reconhecer aqueles que realmente se empenharam para viabilizar esse curso tão sonhado pela comunidade coxinense. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quero fazer um registro também, deputado. Não sei se Vossa Excelência integra formalmente a comissão de acompanhamento das obras da concessão da CCR; mas quero deixar registrado o ocorrido em São Gabriel do Oeste, com relação ao acidente nas proximidades da lombada eletrônica da Aurora, bem como informar que já foi solicitada a marcação de uma reunião para o início de agosto, quando retornarmos aos trabalhos. Já fizemos contato e pedimos para a comissão agendar essa reunião, para que a concessionária preste contas do andamento das obras e das solicitações apresentadas.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, já apresentamos requerimento por escrito, nesta Casa não apenas à Motiva, mas também à Caminhos da Celulose, cuja concessão, em extensão, é até maior que a da BR-163, considerando o número de rodovias abrangidas. E também estamos enfrentando muitos problemas. Estive em Nova Andradina, e o trecho entre Nova Alvorada do Sul e o acesso a Deodápolis é um absurdo! A situação da rodovia é muito ruim... Não, eu sei. Mas o pior trecho é justamente

entre Nova Alvorada do Sul e a entrada para Deodápolis, na BR-267. Acho que o deputado Caravina também tem trazido esse assunto à tribuna, e acredito que chegou a hora de a comissão já deixar organizada e marcada essa agenda para o início de agosto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do vereador Genésio Neto, nosso amigo do município de Iguatemi. Seja bem-vindo. Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, vou usar meus minutinhos para falar de um tema bastante relevante. Quero dizer que o presidente Lula sancionou a lei — ela foi publicada no Diário Oficial da União — que fortalece a valorização dos profissionais da educação ao assegurar que, a partir de agora, os professores poderão ter licença remunerada para estudar, fazer especialização, mestrado e doutorado. Essa é uma política fundamental, porque o trabalho docente exige aprendizado contínuo, principalmente diante de tanta informação e de tanto conhecimento sendo disseminados pelas redes sociais. Quanto mais o professor estuda, melhores condições ele tem de garantir um processo educacional de qualidade para os estudantes nas escolas, nos centros de educação infantil, enfim, em todos os espaços da educação. Essa é uma lei fundamental, cuja implementação aqui em Mato Grosso do Sul aguardamos com bastante expectativa, porque muitos professores querem estudar, querem aperfeiçoar o seu trabalho, mas enfrentam dificuldades, já que muitos custeiam os próprios estudos e precisam fazê-los fora do horário de trabalho, aos sábados e domingos, comprometendo também a vida familiar. Portanto, essa lei vai valorizar a educação e melhorar a qualidade do ensino no país. Quero cumprimentar o presidente Lula por essa iniciativa, por garantir uma legislação tão importante e tão esperada pelos professores, inclusive por grande parte dos professores aqui de Mato Grosso do Sul. Em Dourados, quando o prefeito era o Tetila — que também foi deputado estadual nesta Casa —, esse direito já era garantido aos professores. Hoje, muitos docentes conseguem se licenciar para estudar e se capacitar, e isso permitiu formar um grande número de mestres e doutores na educação do município. Esperamos que essa política seja regulamentada o quanto antes no estado e também nas prefeituras de Mato Grosso do Sul. Também quero dizer que, na contramão do que o Governo Federal vem fazendo pela educação, em Mato Grosso do Sul há uma política que tem gerado muitas preocupações. Tenho defendido constantemente, nesta tribuna, a necessidade de um debate sério sobre a valorização dos professores da rede estadual e das redes municipais. No caso da rede estadual, em especial, tenho visitado escolas, frequentado a sala dos professores e conversado com a categoria para compreender a realidade e contribuir para a construção de melhorias. Quero dizer aos senhores que, na última semana — aliás, há poucos dias —, estive em uma escola. Ao chegar à sala dos professores, vi um professor digitando, letra por letra, todo o conteúdo das questões de uma prova e os resultados dos alunos no sistema do Governo do Estado. Ao presenciar aquela cena, diante de tamanha burocracia — e tratava-se de uma prova da própria rede estadual —, tive um gatilho de pânico. Sou professora e já fui paciente com síndrome do pânico em razão do excesso de trabalho, de um trabalho que, muitas vezes, não faz sentido. Quando vi aquele professor executando aquela tarefa, senti-me mal ao perceber o quanto aquele

trabalho burocrático, imposto pela Secretaria de Estado de Educação, era desprovido de finalidade pedagógica. O excesso de burocracia... Estou dando apenas um exemplo de uma das situações que tenho acompanhado nas escolas. Os professores estão adoecendo; o trabalho perde o sentido; não estamos conseguindo avançar no processo educacional, porque há apenas pressão e opressão, dentro de uma política que não valoriza a educação. E eu já disse isso ao Governo do Estado. O Governo do Estado virou motivo de piada na sala dos professores, porque todos sabem que essa política não faz sentido; todos sabem que ela apenas prejudica o trabalho docente e não contribui para a melhoria da educação. Ainda assim, os professores são obrigados a cumpri-la. É isso que está acontecendo. E não estou falando apenas dos professores. Os servidores administrativos também se sentem da mesma forma. E agora os professores convocados, que já passam por uma prova todos os anos e são constantemente avaliados, sentem-se menosprezados ao receberem remuneração equivalente à metade da percebida por um professor efetivo. Nas escolas, isso fica evidente. Conversamos com esses profissionais e percebemos claramente como eles se sentem mal diante desse processo. E agora ainda serão avaliados semestralmente, correndo o risco de perderem o emprego. Eu, sinceramente, não sei aonde o Governo quer chegar com isso, porque não temos professores em condições de substituir aqueles que hoje estão na rede. Vivemos um apagão docente, e as pessoas não querem trabalhar numa escola, porque a educação deixou de ser atrativa. Portanto, quero manifestar toda a minha indignação pela forma como os professores e os servidores administrativos da rede estadual vêm sendo tratados. Vejam o caso das cozinheiras: uma recebe adicional de insalubridade e a outra não, embora trabalhem juntas na mesma cozinha! Há um tratamento desigual entre servidores que exercem as mesmas funções, assim como entre professores efetivos e contratados e, agora, também com relação aos terceirizados. Temos, portanto, uma política completamente equivocada na educação. Quero registrar minha indignação, minha insatisfação e, mais uma vez, dizer: sou oposição a este Governo, porque ele não tem compromisso com a educação, não tem compromisso com o servidor público e não tem compromisso com a população do Estado de Mato Grosso do Sul. O que a política educacional deste Governo demonstra é falta de compromisso com a educação, e nós não compactuamos com isso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o **GRANDE EXPEDIENTE**. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, eu ouvi o deputado Caravina falar sobre a preocupação dele com relação ao rio Pardo, lá na região de Três Lagoas. Quero sugerir ao deputado — ele não está aqui... O deputado chegou agora! — que leia o encaminhamento que o Ministério Público está fazendo, deputado Pedro Kemp, sobre as consequências trágicas da chamada "floresta verde encantada", propagada pelo governador Riedel, por Reinaldo e companhia limitada. Está acabando com as águas, com as nascentes, com os cursos d'água, com a flora e com a fauna da região da Costa Leste do Estado. Deputado Caravina, o seu querido município — a nossa hospitaleira Bataguassu —, está recebendo um investimento extraordinário. Agora, tome cuidado, porque lá também vai secar tudo! O chamado deserto verde não serve para ninguém, a não ser para as multinacionais que vêm para cá em troca de incentivo fiscal. São 11 bilhões de reais em incentivos fiscais para gerar seca, destruição e desastre ambiental no nosso estado...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, vou fazer uma observação a Vossa Excelência: estamos na Ordem do Dia para votar projetos, e Vossa Excelência não suscitou uma questão de ordem. Na verdade, está fazendo uma manifestação própria do Grande Expediente. Para nós, é uma honra que Vossa Excelência utilize a tribuna, porque conhecemos sua capacidade de fazer explanações, mas a Casa tem Regimento. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 077/2026, de autoria do Poder Executivo. "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2027 e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Registramos e agradecemos a presença do senhor Pedro José Meira, o Pedrinho do Ferro Velho, vereador de Água Clara; do senhor Fernando Roberto, vereador de Água Clara; e do senhor Cleison Vital, também vereador do município de Água Clara. Obrigado pela presença na Casa do Povo, na Casa da Democracia.

Projeto de Lei nº 077/2026, de autoria do Poder Executivo. Acordo de líderes.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2027. Vai ao Expediente. Item 2. Projeto de Lei nº 052. Autor: deputado Zé Teixeira. "Declara de utilidade pública o Instituto Música e Arte, com sede no município de Nova Alvorada do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Quero registrar a presença do vereador José Antônio, do município de Nova Horizonte do Sul; do Luiz, ex-prefeito de Nova Horizonte do Sul; e do meu amigo Maurício, vereador do município de Amambai.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Sejam bem-vindos. Em votação.

Projeto de Lei nº 052/2026, de autoria do deputado Zé Teixeira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei 080/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Dispõe sobre diretrizes para atendimento aos portadores de Atrofia Muscular Espinhal - AME, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, com emenda integral ao relatório do deputado Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero comunicar a Vossa Excelência que hoje à tarde eu vou a Dois Irmãos do Buriti para uma reunião com acampados. Há mais ou menos trezentas famílias acampadas lá, pessoas que lutam por terra. Reiteradas vezes, o deputado Zé Teixeira diz que eu e ele somos latifundiários em Dois Irmãos. E eu vou dizer aos sem-terra que eles podem ocupar qualquer latifúndio meu e do Zé Teixeira. Eu estou dando carta branca para ocuparem os meus, e o compadre Zé Teixeira vai fazer o mesmo. [Comentário de parlamentares fora do microfone]... Pois é... Ocupação já! Nas minhas terras e nas do Zé Teixeira. Eu tenho uma de vinte, outra de cem, outra de duzentos; ele tem duas de oito mil cada uma. Quero ver quem vai perder mais...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 80/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PL).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO HASHIOKA (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO JOÃO CÉSAR MATTOGROSSO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (Novo) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Avante) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PL) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO MODESTO (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PL) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Sete requerimentos e vinte e três indicações, deixando registrado que foram retirados os itens 22 e 23, porque o assunto já está, inclusive, resolvido com o Tribunal de Justiça...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.
Peço vista do Protocolo nº 2.043.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente. Quero pedir vista do Item 2.067.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Retirados de pauta os Itens 1 e 2. Em votação os demais itens. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Quero registrar que, conforme o Ato nº 35 da Mesa Diretora, a Assembleia entrará em regime de plantão a partir de amanhã. Amanhã haverá expediente administrativo normal, com exceção da Sessão, que já se encerrou com a votação da LDO. A partir de sexta-feira, passaremos ao regime de plantão, com funcionamento administrativo da Casa, e os gabinetes funcionarão a critério de cada parlamentar, podendo, portanto, atender normalmente. A Assembleia permanecerá nesse regime até o dia 3 de agosto, segunda-feira. Portanto, amanhã haverá expediente administrativo normal. Registro também, antes de passar às

manifestações, que, neste semestre, tivemos: cem projetos apresentados, sessenta e oito aprovados e vinte e três rejeitados; vinte e nove projetos de resolução, dos quais vinte e dois foram aprovados e apenas um rejeitado; quatorze projetos de decreto legislativo e uma lei complementar, totalizando cento e trinta e nove projetos. Também foram apresentadas mil novecentas e dez indicações, moções, requerimentos e emendas. Realizamos setenta e quatro sessões e cento e sessenta e seis votações em Plenário. Foram publicados cento e oito Diários Legislativos. Expedidos dois mil setecentos e cinquenta e oito ofícios pela primeira-secretaria e seiscentos e cinquenta e seis pela presidência. Realizamos onze audiências públicas, cinco seminários, quatro visitas oficiais e dez visitas institucionais, além de visitas de escolas. Agradeço a todos pelo empenho e pelo trabalho. E registro que voltaremos, já em pleno período eleitoral, após as convenções, com os trabalhos de votação, mantendo o Plenário Virtual funcionando a todo vapor. Esperamos que as comissões mantenham o mesmo ritmo de trabalho demonstrado no primeiro semestre. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Quero agradecer à imprensa, à equipe técnica, aos servidores da Casa, às equipes dos gabinetes, às comissões, aos deputados, que tiveram bastante paciência e sem briga realizaram bons debates. Que em agosto, ao retornarmos do recesso, continuemos a trabalhar pelo nosso Mato Grosso do Sul. Muito obrigado. Bom dia a todos. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (11h15min).